

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
-------------------------	----------

CAPÍTULO 1 – DA LIBERDADE DE (NÃO) CONTRATAR	15
---	-----------

1.1. A liberdade de (não) contratar entre as liberdades de iniciativa e concorrência.....	15
1.1.1. Liberdade de iniciativa.....	17
1.1.2. Liberdade de concorrência.....	21
1.2. Breve histórico da disciplina jurídica da liberdade de (não) contratar.....	24
1.3. Liberdade de contratar, função social dos contratos, boa-fé e contratos relacionais.....	35
1.4. Algumas contribuições da teoria econômica para a disciplina jurídica dos contratos e das relações de concorrência.....	40
1.5. Direito, economia e contratos.....	53

CAPÍTULO 2 – APROXIMAÇÃO AO DIREITO DA CONCORRÊNCIA NORTE-AMERICANO E EUROPEU	57
--	-----------

2.1. Breves considerações sobre o direito antitruste norte-americano e os valores por ele tutelados.....	58
2.1.1. Regra <i>per se</i> e regra da razão.....	64
2.2. Defesa da concorrência no direito comunitário europeu.....	67
2.2.1. O Tratado de Roma e o princípio da não distorção do mercado comum: a função integradora da concorrência.....	69
2.2.2. Acordos anticoncorrenciais.....	72
2.2.3. O abuso de posição dominante.....	72
2.2.4. O abuso de dependência econômica.....	74

CAPÍTULO 3 – DEFESA DA CONCORRÊNCIA NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO E A DISCIPLINA DAS CONDUTAS ANTICONCORRENCIAIS83

- 3.1. A Constituição de 1988 e a participação do Estado na vida econômica83
- 3.2. Livre concorrência e proibição do abuso do poder econômico89
- 3.3. O ilícito antitruste92
 - 3.3.1. Objetivos da Lei nº 8.884/199492
 - 3.3.2. A conduta no direito brasileiro93

CAPÍTULO 4 – RESTRIÇÕES VERTICAIS.....97

- 4.1. Alguns esclarecimentos iniciais97
- 4.2. Relevância da disciplina das restrições verticais pelo direito concorrencial.....98
- 4.3. Restrições verticais no direito brasileiro 107

CAPÍTULO 5 – RECUSA DE CONTRATAR.....111

- 5.1. Considerações iniciais111
- 5.2. Da recusa unilateral de contratar como ilícito anticoncorrencial113
- 5.3. A recusa de contratar no direito brasileiro117
 - 5.3.1. Disciplina legislativa anterior à Lei nº 8.884/1994117
 - 5.3.2. A legislação vigente.....120

CAPÍTULO 6 – A LIBERDADE DE (NÃO) CONTRATAR E SEU CONDICIONAMENTO PELO DIREITO DA CONCORRÊNCIA125

- 6.1. A doutrina Colgate e a evolução da liberdade de não contratar no direito norte-americano125
- 6.2. A evolução do direito de não contratar no direito comunitário europeu131
- 6.3. A liberdade de se recusar a contratar na jurisprudência do CADE136

CAPÍTULO 7 – TENTATIVAS DE MONOPOLIZAÇÃO, OPORTUNISMO E ROMPIMENTO DE RELAÇÕES

CONTRATUAIS	147
7.1. Rompimento unilateral de relação contratual e ilícito antitruste....	147
7.2. O tema na jurisprudência norte-americana: Lorain e Aspen.....	149
7.3. A jurisprudência européia	160
7.4. A questão no direito brasileiro: dever de boa-fé e tutela da concorrência.....	166

CAPÍTULO 8 – RECUSA DE CONTRATAR, PROPRIEDADE INTELLECTUAL E EFEITO *LOCK IN*.....

171

8.1. A convivência entre propriedade intelectual e defesa da concorrência.....	171
8.2. Concorrência intermarca e concorrência intramarca.....	182
8.3. O efeito <i>lock in</i>	184
8.4. A visão norte-americana.....	191
8.5. A controvérsia no direito comunitário europeu	201
8.6. Concorrência e propriedade intelectual no direito brasileiro	211

CAPÍTULO 9 – ACORDOS DE EXCLUSIVIDADE.....

223

9.1. Considerações iniciais	223
9.2. Acordos de exclusividade e defesa da concorrência	226
9.3. Acordos de exclusividade e redes	231
9.4. Acordos de exclusividade no direito positivo norte-americano....	232
9.5. Acordos de exclusividade no direito comunitário europeu	234
9.6. Acordos de distribuição exclusiva.....	234
9.7. Acordos de fornecimento exclusivo.....	238
9.8. Acordos de exclusividade recíproca.....	240
9.9. Breve nota sobre direito de preferência	242
9.10. Acordos de exclusividade na jurisprudência norte-americana e comunitária	243
9.11. Disciplina do acordo de exclusividade no direito concorrencial brasileiro.....	251
9.11.1. Alguns apontamentos históricos.....	251

9.11.2. O direito vigente	252
9.11.3. O desenvolvimento da jurisprudência brasileira	253
9.12. Síntese do capítulo	267

**CAPÍTULO 10 – RECUSA DE CONTRATAR, EXCLUSIVIDADE,
CONCORRÊNCIA E INFRA-ESTRUTURA ESSENCIAL** 271

10.1. Disciplina dos monopólios naturais: regulação e concorrência	271
10.2. Infra-estrutura essencial e recusa de contratar	274
10.3. A jurisprudência norte-americana e os critérios para caracterização da infra-estrutura essencial	278
10.4. As contribuições da jurisprudência comunitária europeia	284
10.5. Infra-estrutura essencial, regulação e concorrência na doutrina e jurisprudência pátria	287

CONCLUSÃO 293

BIBLIOGRAFIA..... 301